

Grace Jaramillo, compiladora

Los nuevos enfoques de la integración: más allá del nuevo regionalismo



FLACSO
ECUADOR



Ministerio
de Cultura

Índice

Presentación	7
I. ESTUDIO INTRODUCTORIO	
Los nuevos enfoques en Relaciones Internacionales: más allá del nuevo regionalismo	11
<i>Grace Jaramillo</i>	
II. LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN EN AMÉRICA LATINA: DESAFÍOS DEL PRESENTE Y PERSPECTIVAS DE FUTURO	
Encuentros y desencuentros de la integración regional	29
<i>Alain Fairlie</i>	
La crisis de la CAN: nuevos desafíos para la cooperación en la Región Andina	39
<i>Tatiana Guarnizo</i>	
Mercosur: política externa y perspectivas interregionalistas con las “economías del norte”	57
<i>Rodolphe Robin</i>	
América Latina y la recomposición geopolítica intrarregional en los primeros años del siglo XXI	75
<i>Carlos Domínguez</i>	
América Latina, ¿integração virtuosa ou subordinada?	85
<i>Wilson Cano</i>	

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 323 8888
Fax: (593-2) 3237960
www.flacso.org.ec

Ministerio de Cultura del Ecuador

Avenida Colón y Juan León Mera
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 2903 763
www.ministeriodecultura.gov.ec

ISBN:

Cuidado de la edición: Paulina Torres
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta:
Quito, Ecuador, 2008
1ª. edición: julio, 2008

III. MERCOSUR:

NUEVOS HORIZONTES, PERSPECTIVAS COMPARADAS

**La agenda interna del Mercosur:
interdependencia, liderazgo, institucionalización** 115
Andrés Malamud

Los escenarios de participación social en el Mercosur 137
Mariana Vásquez

A integração industrial: novos desafios para a classe operária 149
Adriano Botelho

**O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul
e seu papel na agenda social do processo de integração** 167
Luana Goveia

IV. INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA CON EUROPA Y ASIA

**La Unión Europea y América Latina. Una evolución de
la integración interregional. Perspectivas después del ALCA** 181
José Briceño

¿Um papel novo para a União Europeia na política mundial? 197
José Pereira da Costa

**Transpacificidad, una agenda pendiente para los
contactos de América Latina con el Pacífico** 205
Carlos Uscanga

**Co-operation between the European Union
and Latin America: privileged relations?** 229
Marianne Wiesebron

**De Viena a Lima: evaluación de las relaciones
Unión Europea-América Latina** 247
Roberto Domínguez

Crisis de cohesión social en la Unión Europea 261
Juan Carlos Bossio

América Latina: integração virtuosa ou subordinada?*

Wilson Cano**

Resumo

Este artigo discute alguns dos principais problemas que envolvem a criação da ALCA e a participação do Brasil nesse bloco. Lembra que, aos efeitos perversos da década de 1980, somaram-se os decorrentes da implantação das políticas neoliberais na década seguinte, dando continuidade à estagnação de nossa economia e aumentando-lhe ainda mais a vulnerabilidade externa. Conclui, advertindo que nossa entrada na ALCA significa nossa abdicação a um verdadeiro e necessário projeto nacional de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: ALCA; Brasil; Integração; Desenvolvimento econômico; Comércio.

* Versão revista, ampliada e atualizada em relação à publicada na revista *Economia e Sociedade* no. 21, jul-dez 2003, do Instituto de Economia da Unicamp).

** Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP.

Há 45 anos a América Latina iniciava um processo de integração não subordinada –a ALALC– que pretendia apenas liberalizar e expandir o comércio inter-regional. De 1960 para cá, além dela, criou outras instituições, mas nenhuma realmente atingiu os objetivos a elas propostos.

Muito diferente da Europa, que em 1957 iniciava sua integração, com 6 países, congregando hoje 25. De início, apenas para integrar seus mercados de bens e serviços, atinge hoje também a integração ou uniformização de normas e instituições, de capitais, de trabalho e da moeda, caminhando, quem sabe, para futura constituição de uma Confederação Política Européia.

As condições históricas e fatuais da economia internacional foram para eles diferentes, possibilitando-lhes criar mecanismos menos subordinados a outras potências. A União Européia hoje é um sucesso de integração, sem que isto signifique a inexistência de problemas complexos para sua manutenção e avanço.

Nosso caso é distinto, dada nossa alta dependência externa e às enormes diferenças existentes entre nossos países, além de estarmos passando por crise que já dura 26 anos, enfraquecendo ainda mais nossas potencialidades de decisão e de crescimento, e, que debilitou nossos estados nacionais.

Não bastasse isso, estamos, desde 1994, sendo de novo assediados pelos EUA, que tentam nos impor uma integração subordinada –a ALCA–, que, se consumada, nos retiraria o pouco grau de soberania econômica de que ainda dispomos. Resumamos esse percurso histórico recente.

A crise da década de 1980 e a atual

Nos países subdesenvolvidos, os desequilíbrios crônicos de balanço de pagamentos e inflação andam juntos, seja porque desvalorizações cambiais pressionam para cima o nível de preços, seja porque a “correção” cambial via entrada autônoma ou oficial de capitais implica em aumentar a dívida pública interna, desequilibrando também as contas públicas. Isso dificulta a administração da dívida pública e aumenta a incerteza, elevando os juros e a inflação, e não raro, causando recessão. Em outros mo-

mentos e por razões diversas o câmbio se valoriza em excesso e o desequilíbrio é inverso. Mas o custo não é menor: recessão ou baixo crescimento, desemprego, etc.

Lembremos que, após a “farrá” do endividamento externo nos 1970’s, os EUA elevaram violentamente a taxa de juros, entre 1978 e 1982, aumentando ainda mais nossas dívidas, quebrando-nos financeiramente. Foram “memoráveis” as quebras da Polônia, México, Argentina e Brasil, naquele período. Mas essa alta dos juros abriu rombos imensos em nossos balanços de pagamentos, aumentando o estoque da dívida e impedindo o pagamento total de seu serviço.

Os ajustes macroeconômicos impostos pelo FMI/BIRD durante os 1980’s tinham como base teórica o excesso de demanda (de importações, investimentos, consumo privado e gastos públicos). Receitavam reduzi-la, via elevação de impostos e juros, corte drástico no gasto público e no crédito, e no “inevitável” arrocho salarial. Via ajustes, reduzimos a demanda interna e as importações, gerando “excedentes” exportáveis que produziram enormes superávites, criando condições, não para crescermos, mas somente para pagar parte dos juros, re-endividando-nos, e aceitando “renegociações” com nossos credores.¹

Mas a inflação persistiu, as dívidas externa e interna cresceram, agravando as contas públicas, e a produção e o emprego caíram ou estagnaram. A queda do salário real piorou a distribuição da renda e empobreceu novas camadas da população.

A forte elevação dos juros e o corte de novos financiamentos, fez com que o setor privado pressionasse o estado, para tentar livrar-se dos altos custos financeiros, pagando suas dívidas em divisas, ao estado, com moeda nacional, promovendo assim uma “estatização” formal da dívida externa privada. Com isto, as contas públicas viraram um “saco sem fundo”, pois o governo, para remeter serviços da dívida, tinha de adquirir dólares privados, para o que emitia mais dívida interna. Este processo, embora em diferentes versões, denominou-se “ciranda financeira”.²

1 Embora a bibliografia sobre esses ajustes seja ampla, sugiro os textos de Ground (1984); Massad e Zahler (1984); Tokman (1984), e o de Tavares & Fiori (1993).

2 O caso brasileiro talvez tenha sido o “mais autêntico”. Ver a respeito Cruz (1984) e Gomes de Almeida e Teixeira (1983).

Na mesma década, enquanto sofriamos esses perversos efeitos, os países desenvolvidos tentavam superar as crises financeira e produtiva, introduzindo políticas neoliberais, renegociando dívidas externas do *Segundo e Terceiro Mundos* e reestruturando suas estruturas produtivas e financeiras. Assim, “arrumaram” parcialmente sua casa, gerando novos excedentes exportáveis de bens, serviços e de capital. Além disso, deram tratamento diferencial aos NIC’s asiáticos, mantendo-lhes parte do financiamento externo, ao contrário do que fizeram com nós.

Porém a constituição dos blocos (uma forma neoprotecionista) europeu – o MCE –, asiático – os NIC’s, liderados pelo Japão – e o norte-americano (NAFTA), de um lado, e a persistência de políticas regulatórias e protecionistas na maior parte dos países subdesenvolvidas, de outro, dificultavam a saída daqueles excedentes e a valorização de seus capitais. Essa contradição foi “resolvida” alterando-se o ajuste macroeconômico na periferia, a partir de fins dos 1980’s, com a imposição de políticas neoliberais, notadamente de abertura comercial e desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais.³

O objetivo central do neoliberalismo foi o de atender ao problema financeiro e ao produtivo. O primeiro graças à crise financeira internacional, que impôs a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital, quebrando nossa soberania nacional, para agilizar seu movimento de valorização. O segundo decorre da reestruturação produtiva das empresas transnacionais (ET) em suas bases nos países desenvolvidos, o que também exigiria, nos 1990’s, que se reestruturassem as localizadas nos subdesenvolvidos.

Destas questões derivaram as reformas liberais impostas a nossos países, complementadas por políticas de estabilização que tiveram como lastro uma elevada valorização da moeda nacional⁴ ante o dólar e um ciclópico crescimento da dívida pública interna, estimulado por elevados juros reais e grandes entradas de capital forâneo. Câmbio e abertura au-

3 Sobre as reformas e seus efeitos na periferia, ver Fiori (1999) e Cano (1999).

4 A valorização, no Brasil, foi cerca de 40% entre 1989 e 1998 e cerca de 25% entre 2004 e hoje (8/2006). Na Argentina, foi de 58% entre 1989 e 1991, ficando o câmbio congelado em 1 peso/dólar, até a crise de 2001-2002, acumulando inflação de mais 30% entre 1991 e 2001.

mentaram fortemente as importações e debilitaram as exportações, gerando grandes déficits, além de lastrearem as políticas antiinflacionárias.

O conjunto dos 20 principais países capitalistas latino-americanos acumulou déficit em transações correntes, entre 1989 e 2002, de US\$ 564 bilhões (cerca de 2,7% do PIB acumulado no período), enquanto a dívida externa saltou de US\$ 453 bilhões para US\$ 741 bilhões; as exportações cresceram 166% e as importações 224%. No Brasil, no mesmo período, o PIB cresceu 28,3%, as importações 175% (203%, entre 1989 e 2001) e as exportações apenas 75% (69% entre 1989 e 2001). O câmbio barato e livre ampliou também os gastos com turismo, compras de imóveis no exterior e crescentes remessas não controladas. Este seria o quadro, até que novas crises cambiais pudessem alterá-lo, mas não eliminá-lo.

O conjunto dessas políticas e reformas neoliberais constituiu um todo articulado para permitir a funcionalidade do modelo neoliberal na América Latina, qual seja:

- ampla liberdade para o capital (estrangeiro ou nacional) financeiro obter elevados ganhos de toda ordem, graças: à liberdade de sua alocação setorial e regional; ao baixo valor dos ativos públicos e privados adquiridos; pela especulação financeira; pelas tarifas públicas privilegiadas que ampliaram seus lucros operacionais; e pela liberdade de remessa de lucros e de juros. A “justificativa” foi a de que, com isso, o capital externo financiaria nosso “passageiro” desequilíbrio externo e a retomada do desenvolvimento;
- necessidade das reformas dos sistemas financeiros nacionais, para compatibilizar a velocidade exigida pelos novos fluxos externos e pela diversificação dos mercados financeiros;
- abertura comercial e de serviços, via forte rebaixamento tarifário e não tarifário e valorização cambial, que sancionaram as elevadas importações e gastos externos, contribuíram para enfraquecer ainda mais o capital nacional, desnudando seu baixo poder de concorrer com o capital internacional;

- flexibilização das relações trabalho-capital, para diminuir o já baixo custo do trabalho, adequar os contratos ao novo *timing* da tecnologia e abalar as estruturas sindicais;
- reformas dos sistemas previdenciários, para criar mais um importante mercado para o capital financeiro e maior espaço no orçamento público para os juros da dívida pública;
- reformas do Estado nacional, para dismantelar suas estruturas – o que se fez com a conivência de nossas elites, diminuindo o tamanho e a ação do Estado por via de eliminação de órgãos públicos, redução dos salários reais e dispensa de funcionários, privatização de ativos públicos, dismantelamento dos sistemas de planejamento e de regulamentação.

Assim, não é difícil entender que o neoliberalismo imposto deteriorou ainda mais nossas condições econômicas, políticas e sociais, já debilitadas na década anterior.⁵

A maior parte dos investimentos diretos do exterior (IDE) foi alocada em compras de empresas públicas e privadas nacionais, predominantemente em serviços (distribuição de energia, telecomunicações, finanças etc.). Isso causou aumento expressivo das remessas de lucros e em outros gastos em divisas (contratos de serviços de transporte, financeiros, de engenharia, consultoria, juros, etc.), aumentando ainda mais a dívida externa privada.

Com isso, ao déficit comercial juntou-se o da conta de serviços e de rendas, aumentando muito as necessidades de financiamento externo. Atendidas por entradas crescentes de capitais de toda ordem, causaram novo aumento da dívida externa e da conta de juros. Por sua vez, maiores pagamentos de juros e amortizações exigiram novos e crescentes financiamentos externos, a fim de cobrir os dois déficits.

5 Ver, no texto acima citado (Cano 1999), a análise macroeconômica dos sete principais países latino-americanos, cujos movimentos cíclicos repetitivos de *auge baixos crescimento e depois crise*, são explicitados pelos dados macroeconômicos.

No Brasil, o déficit em transações correntes acumulado de 1995 a 2002, somou US\$ 199 bilhões; a dívida externa saltou de US\$ 150 bilhões para US\$ 235 bilhões, e seu passivo externo atinge, hoje, cerca de US\$ 400 bilhões. Para enxugar a liquidez gerada pela “enxurrada de dólares”, foi preciso aumentar muito a dívida pública interna, com seus juros atingindo cerca de 9% do PIB! Estes (maus) fundamentos macroeconômicos debilitaram também o sistema de crédito interno ao setor privado, reduzido-o a cerca de apenas 25% do PIB, até 2002.

Assim, as restrições externas e internas ao crescimento aumentaram, inibindo o investimento: o público, dada a restrição orçamentária; o privado, dada a elevada taxa de juros, o baixo crescimento do PIB e o aumento da incerteza. Ainda, o crescente peso dos juros no orçamento público levou a novos e crescentes cortes do gasto corrente, notadamente nos sociais.

Os efeitos líquidos desse modelo constroem o crescimento médio do PIB, na América Latina e no Brasil: entre 1988 e 2003, para a maioria de nossos países, o crescimento foi alto (>5%) somente em 4 ou 5 anos; e, em outro tanto, baixo (>3% < 5%), ou débil ou negativo.⁶ Isto se deve a que uma dinâmica de alto crescimento aumentaria mais que proporcionalmente os gastos externos e as contas públicas, gerando uma situação de crise cambial, causando um freio no crescimento, para “reequilibrar” as contas externas.

Por isso, a taxa média de crescimento nos 6 principais países da América Latina (exceto Chile) situou-se, entre 1989 e 2002, em 1,6% na Argentina, 2,0% no Brasil, 2,6% na Colômbia, 3,1% no México e no Peru e 1,6% na Venezuela, taxas tão ruins quanto as dos 80's. O crescimento do PIB por habitante foi ainda pior: para a média de 1980 = 100, em 2003 os índices eram de 102 para a América Latina, 95 para a Argentina, 107 para o Brasil, 113 para o México e 71 para a Venezuela.

A partir de 2004, com a retomada dos fluxos de capitais e com o “efeito China”, a situação se alterou, com taxas de crescimento um pouco mais altas, basicamente induzidas pelas exportações. Ainda assim, para o

6 A exceção a esse desempenho é o Chile, que, entre 1988 e 2005 teve altas taxas em 10 anos, médias em 4 e baixas em outros 3. Sua taxa média durante o período foi de 4,7%. Discuto a especificidade chilena em Cano (1999).

Brasil, os anos de 2005 e de 2006 foram de crescimento medíocre. Dessa forma, o comportamento errático do crescimento não é eliminado, cabendo indagar sobre a permanência disto.

Mas lembremos que crescimento maior, pelas razões citadas, traz aumento no passivo externo, deprimindo também as contas públicas; crescimento baixo debilita a receita fiscal, deprimindo-a também. Por isso, a despeito de a carga tributária brasileira ter crescido, no período recente, de 26% para 37%, a penúria fiscal não se resolve, pois a maior parte de seu aumento (11%) é absorvido pelos juros e amortizações da dívida. Advirta-se que os males que afetam o governo central acabam também contaminando os governos estaduais e municipais, transmitindo-lhes os efeitos estruturais e recorrentes da crise.

Mas o modelo também gerou perversos efeitos sociais: maior desemprego, menor salário real, corte dos gastos sociais e maior violência, hoje presentes em quase todos os nossos países e cidades. Acresça-se a deterioração ou o abandono das políticas de desenvolvimento regional e o desencadeamento de uma *guerra fiscal* entre os entes públicos subnacionais.⁷ Assim, é inerente à dinâmica desse modelo a corrosão (e não o equilíbrio) dos chamados fundamentos da economia, que a conduz a um desastre cambial e financeiro equivalente aos de 1994-1995 (México e Venezuela), 1997 (Ásia), 1998 (Rússia), 1999 e 2002 (Brasil) e 1999-2002 (Argentina). Esse modelo não só ampliou nossa vulnerabilidade externa, mas também dificulta a formulação e execução de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Após as severas crises cambiais que ocorrem entre 1999 e 2002, no triênio 2003-2005 predominaram taxas altas (notadamente na Argentina, Venezuela e Uruguai) e médias, que poderiam criar a ilusão de que “a tempestade havia passado”: elas, na verdade, ocorriam após profundas depressões sofridas pelos países que as ostentaram. Além disso, parte substancial do crescimento em 2004-2005 para o conjunto da América Latina resulta, em grande medida, do elevado crescimento do volume e dos preços de exportação de *commodities*, causado pelo “efeito China”.

Nesse triênio, que parece prolongar-se em 2006-2007, a situação

⁷ Sobre o tema, ver Cano (2002a), Prado e Cavalcanti (2000) e Lopreato (2002).

financeira e a expansão econômica mundiais estão passando uma falsa imagem de euforia, haja vista a forte retomada dos preços e volumes de exportações e de financiamentos externos (e também da especulação), que reverteram a situação cambial, com o que voltamos à valorização, além de pagar parte da dívida externa, aumentar reservas, mas também ampliar o passivo externo.

Tendo em vista que a crise do mercado interno —que se mantém em grande medida— ainda não possibilita a retomada dos anteriores níveis de importação, os saldos comerciais têm sido grandes, reforçando a falsa impressão de que já não temos grande vulnerabilidade externa.

Não se pense, contudo, que a reversão é “permanente”, pois está condicionada pelo alto desempenho da economia dos EUA (e de suas baixas taxas de juros), e pela manutenção —que não pode ser muito prolongada— de seus déficits fiscal e comercial. Quando isso mudar, o crescimento mundial diminuirá, afetando novamente o comércio e a finança mundiais.

Entendo que não cabem alterações ou reformas parciais no modelo: se apenas baixarmos os juros, para torná-los compatíveis com o cálculo empresarial, o fluxo de capital externo diminui ou foge, implodindo o modelo; se aumentarmos os gastos sociais (e o investimento público), é o orçamento que pode explodir, ante o peso dos juros; os estímulos às exportações esbarram tanto em obstáculos externos (o protecionismo descarado dos países desenvolvidos, queda histórica dos preços etc.) quanto internos (financiamento, carga tributária indireta etc.). Se pretendermos conter importações, defrontamo-nos com acordos internacionais assinados e com a desestruturação causada em parte de nossas cadeias produtivas.

Assim, é preciso substituí-lo, instaurando uma transição rumo a outra alternativa, com uso da soberania nacional no manejo da política de crescimento da renda e do emprego mais altos e duradouros, melhor distribuição de renda e justiça social, com a oferta e a demanda voltadas (não exclusivamente) para o mercado interno. Nossa vulnerabilidade externa exige, assim, rumos de crescimento poupadores e geradores de divisas, não significando isto qualquer sentido de autarquia econômica, ou de uma volta ao protecionismo frívolo.

A integração necessária

Não cabe aqui detalhar aquela alternativa.⁸ Há que advertir que uma alternativa que restaurasse a soberania da América Latina para o manejo de sua política econômica, exigiria a retomada do crescimento (alto e persistente) do PIB, com distribuição de renda, para consolidar um *mercado de massas*. Mas isto exigiria, como requisitos fundamentais:

- expandir e diversificar nossas exportações, com produtos de maior valor agregado;
- substituir algumas importações, o que exigiria reconstituir (ou completar) cadeias produtivas fortemente deterioradas pela abertura comercial;
- conter as necessidades de financiamento externo e renegociar a dívida externa;
- restaurar – e isto é imprescindível – as normas e controles sobre os fluxos de entrada e saída de capital, bem como as operações de câmbio;
- reformular o sistema financeiro nacional, para expandir e selecionar o crédito interno.

Cada país poderia tentar implementar uma ou mais dessas medidas (por exemplo, a iv e a v). Contudo, está fora de dúvida que é praticamente impossível, para a maior parte de nossos países, tentar implantar sozinho esse conjunto. Elas exigem uma ação conjunta e coordenada, num esforço de integração.

O item i envolve complexas articulações internacionais, restauração de políticas industriais setoriais e esforços maiores de integração regional. O ii exige não só vigorosas políticas industriais, mas também alguma margem protecionista e de orientação seletiva em relação ao IDE, hoje restringida pelas instituições internacionais.

8 Em recente trabalho, formulei as linhas gerais do que poderia ser uma alternativa desse tipo: (Cano 2002b: 405-431).

O item iii requer o uso da soberania nacional e maior papel do estado, e principalmente, uma ação política conjunta dos países que façam parte de um bloco de integração.

A necessidade de aumentar e diversificar exportações (e substituir importações) está implícita em qualquer nova alternativa, especialmente no Brasil. Tanto pela nossa vulnerabilidade externa quanto para ativar um vetor complementar ao crescimento econômico, pois as exportações da região perfaziam até 2003 apenas cerca de 20% do PIB.

As baixas participações das exportações brasileiras (2%) e latinoamericanas (10%) no total mundial, na década de 1950, despencaram a partir dos 60's, atingindo entre 1985 e 2003, cerca de 0,9% e 5% respectivamente, e, se excluirmos o México do total, os 5% se reduzem a 2,8%. As pautas diversificaram-se, mas, nos últimos 20 anos, a participação dos manufaturados se mantém em cerca de 55% sobre o total, para ambas as regiões, mas de apenas 32%, se excluído o México.

Em produtos agropecuários (somam cerca de 30% das exportações brasileiras), em que pese a expansão da demanda mundial, seus preços reais entre 1974 e 2002 caíram cerca de 30%, só se recuperando recentemente – por quebras de safras e pelo "efeito China". Mas as estimativas em 2002-2003 apontavam, para os anos seguintes, baixo crescimento físico anual dessas exportações mundiais, entre 1% e 2%, e entre 2,5% e 3,5% para casos especiais como o trigo e a soja.

Estudo recente mostra que, para o Brasil, que teve grande aumento dessas exportações (em bruto e semimanufaturadas), apenas 11,36% de seu valor, apresentavam no comércio mundial, situação "ótima": produtos com alta expansão mundial, e aumento da participação nacional nesse mercado. Mas 9,64% eram "oportunidades perdidas" (importações mundiais crescentes, e nossa participação diminuindo); 15,28% constituíam "retrocesso" (declínio mundial e participação cadente); os demais 63,72% estavam em "situação de vulnerabilidade" (nossa participação aumenta em produtos que perdem participação nas importações mundiais).⁹

8 Em recente trabalho, formulei as linhas gerais do que poderia ser uma alternativa desse tipo: (Cano 2002b: 405-431).

9 As cifras citadas encontram-se em: Carvalho (2002: 55-69).M Esse trabalho compara as médias de 1978-80 às de 1997-1999.

Para a América Latina essas exportações cresceram em valor, entre 1995 e 2002, à taxa média anual de 1,4% muito abaixo da taxa das exportações totais (6,6%). Em 2003-2005, contudo, elas passaram a crescer cerca de 9% anuais, mas isto se deve aos fatores já apontados, e que podem não continuar no futuro próximo.

Tabela 1 Preços internacionais de produtos primários em 2004: 1980=100*					
	Nominal	Real		Nominal	Real
Açúcar	35	15	Alumínio	115	50
Algodão	58	25	Cobre	161	70
Banana	130	57	Estanho	43	19
Café	56	24	Min.Ferro	141	61
Soja	89	39	Petróleo	217	95
Trigo	70	30	Zinco	157	68

Fontes: BID (2004); CEPAL (1997) e OMC (2004).
*índices de valores em US\$ correntes, deflacionados pelo IPC dos EUA in: www.bls.gov.

A tabela 1 mostra que dos principais produtos primários (exceto petróleo) exportados pela região, os que perderam menos foram cobre e zinco, cujos preços reais em 2004 eram cerca de 30% menores do que os de 1980. Mas as perdas dos agropecuários e do estanho foram mais altas.

No período 1987-1992 eram classificadas como “estagnadas” 69,1% das exportações latino-americanas, e 30,9% como “dinâmicas” no comércio mundial; em 1993-1998 as cifras não foram muito melhores: 61,5% e 38,5% (BID, 2000) A propósito, recente trabalho mostra que, entre 1900-1904 e 1996-2000, os preços relativos dos produtos básicos caíram, segundo vários índices, entre 50% e 60%, confirmando as teses de Prebisch sobre o inglório destino das exportações primárias.¹⁰

Variações no curto prazo, podem não significar efeitos tendenciais. Por exemplo, comparemos preços nominais entre 2006 e 2003: milho e soja estavam respectivamente 12% e 23% menores mas as quedas de café e açúcar eram 67% e 174%. Comparados 2006 com 1995, o açúcar

estava 28% mais alto, mas os três outros estavam cerca de 20% menores! Com os metais a situação era distinta, dadas outras circunstâncias que podem afetar seus preços, como a demora de maturação em investimentos como resposta a um aumento repentino da demanda: em 2006, alumínio e cobre, respectivamente, estavam 79% e 240% acima dos preços de 2003; comparados com os preços de 2006, no entanto, estavam 42% e 107% acima dos preços de 1995.

Assim, isto nos obriga a planejar com mais atenção nossa estratégia, examinando com cuidado as oportunidades e os eventuais tropeços. Por exemplo, a desestruturação das ex-economias socialistas e seu gradativo ingresso na União Européia (UE) gerarão restrições em suas importações vindas de fora da UE e aumento de suas exportações (notadamente de básicos) para a própria UE, como, aliás, já vem ocorrendo.

A China atravessa longa fase de alto crescimento industrial e urbano, mas sua agricultura sofre sérios problemas. Tendo alta participação na produção e no consumo mundial (por exemplo, 35% a 40% no arroz, 25% em algodão, 19% em trigo e 12% em cereais secundários), ela poderá, caso continue naquela trajetória, nos trazer alento mais dinâmico. Mas nem o elevado aumento das importações chinesas foi capaz de recuperar os preços reais dessas *commodities*, que mesmo no período recente (2002 a meados de 2006) ainda estavam abaixo dos vigentes na primeira metade da década de 1980.

Produtos minerais (exclusive gás e petróleo) mostram sério debilitamento para a maior parte deles, tanto pela queda do ritmo de consumo mundial e pela substituição que vêm sofrendo por outros produtos. Observe-se (Tabela 2) que, entre 1950 e 1975, enquanto o consumo aparente dos EUA já mostrava forte inflexão, a produção mundial apresentava taxas altas para os quatro produtos assinalados. Isto se deve à notável expansão vivida pelos demais países desenvolvidos –o chamada *golden age*– e à última e forte expansão industrial do Terceiro Mundo.

¹⁰ Ver Ocampo & Parra (2003).

Tabela 2 - Taxas médias anuais (%) de crescimento do consumo aparente dos EUA e da produção mundial						
	Alumínio		Cobre Refinado		Aço	
	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA ⁽¹⁾	Mundo
1900-1920	19,1	15,7	7,0	3,4	4,9	4,8
1920-1950	8,5	8,6	2,5	3,1	2,0	3,3
1950-1975	5,8	8,7	1,6 ⁽²⁾	4,6	0,8	5,0
1975-2000	3,1	2,8	1,8	2,4	-1,1	1,1
2000-2005	-2,0	5,1	-5,8	2,1	-2,0	6,0

Fontes: www.usgs.org; *Steel Statistical Yearbook*; e *World Metal Statistics Yearbook*
 (1) Refere-se ao consumo de ferro gusa (*pig iron*). (2) Média de 1976-77/1950.

Mas a crise e a reestruturação produtiva nos últimos 25 anos mostravam tendência de baixo crescimento do consumo aparente e da produção mundial. Note-se que foi o crescimento da China, Coréia do Sul e da Índia que ainda possibilitou taxas positivas. Lembremos que as menores taxas de crescimento da demanda e o efeito substituição por outros produtos provocam queda de consumo e longa depressão nos preços da maior parte desses produtos: nos EUA, os preços reais, que entre 1900 e 1950 haviam sofrido quedas pronunciadas, entre 1950 e 2000 continuaram caindo, com cifras de -25% a -45%.¹¹

Essas cifras, até 2002 eram modestas, e a partir daí, o maior responsável pelo aumento (da produção e do comércio) tem sido a China. Por exemplo, entre 1994 e 2003, a produção mundial de aço aumentou 250 milhões de T, 52% dela na China; a de ferro gusa cresceu 142 milhões de T, 74% delas na China. Do acréscimo da de aço, entre 2000 e 2005, respondeu por 75%. Em 2003, ela participava com 20% a 25% da produção e consumo de alumínio, chumbo, níquel e zinco, e com cerca de 30% em cobre e estanho. É este extraordinário aumento de produção e consumo que explica a razão principal da forte elevação de

11 Conforme a fonte assinalada na tabela (USGS), no período 1950-2000 os preços médios reais praticados no mercado dos Estados Unidos para alumínio, cobre e ferro caíram entre 25% e 40%.

preços de vários metais, a partir de 2002, mas que foi incapaz de repor o nível de preços de 1980!

Também neste caso, as exportações latino-americanas são problemáticas, padecendo, até 2002, de baixos preços e de baixo crescimento: entre 1995 e 2002, a taxa média anual de crescimento foi de 2,6% para os minerais (exclusive petróleo) e de -1,5% para os não ferrosos.

A crise internacional, a reestruturação produtiva, “novas” barreiras comerciais da OCDE e nossos próprios problemas, reduziram o crescimento de nossas exportações de manufaturados. Entre 1990 e 2002, as do Brasil cresceram à mesma taxa mundial (6% anuais), mas sua participação (em valor) mundial era irrisória (0,6%). Entre 2002 e 2005, cresceram cerca de 30% anuais, por vários fatores, como o elevado crescimento da China, o enorme déficit comercial e o crescimento dos EUA, a recuperação Argentina, a elevada participação do comércio intra-firma, no caso de material de transporte, e a própria recessão sofrida pelo país, com exceção a 2004.

Para a América Latina, em 1995-2002, essas exportações cresceram 8,8% anuais, aumentando sua participação mundial, de 3% para 3,9%, fortemente influenciadas pelas do México, em grande parte dirigidas ao mercado dos EUA. Se excluído esse país, a taxa anual para o resto da região, foi de apenas 3% e a participação mundial, de 1,3%.

Em têxteis, enquanto o comércio mundial cresceu a 3% anuais (e as importações dos EUA a 7,8%), a do Brasil foi de apenas 1% e sua participação (em valor) em torno de 0,7% (1,3% no mercado dos EUA). Mas as da OCDE, dada a maior qualidade de seus produtos, perfazia, em 2001, cerca de 45% das exportações mundiais de têxteis, enquanto China e Coréia do Sul somavam 35% e as da América Latina eram pouco mais de 2%.

O comércio mundial de confecções cresceu a 6% anuais, com ínfima participação (em valor) brasileira (de 0,1%). A China detinha 56,5% das importações dos EUA, e a América Latina 28,6% (12,3% procedentes do México e 14,7% de países centro-americanos). A melhor qualidade do produto da OCDE destacava sua participação em 35% do total mundial; China e Coréia do Sul somavam 45% e a América Latina cerca de 10%.

A exportação mundial de calçados atingiu em 2003 cerca de 7,3 bilhões de pares (60% da China e 4,4% da Itália) e o Brasil participou com apenas 2,6%. O maior mercado (EUA), importou 1,8 bilhão de pares (ou US\$ 15,1 bilhões), cifras das quais o Brasil respondeu por 100 milhões de pares (5,5%) ou US\$ Um bilhão (6,6%). Os chineses para lá exportaram 1,3 bilhão de pares (83%) ou US\$ 10,3 bilhões (68%) e os italianos, com apenas 40 milhões de pares (2,2%) obtiveram US\$ 1,2 bilhão (7,9%). Com maior qualidade, os da OCDE perfaziam 30% do valor total mundial (15% do volume); a China detinha pouco mais de 50% do valor total (e 60% do volume). As latino-americanas somaram US\$ 2 bilhões, e as do Brasil US\$ 1,6 bilhão.¹²

Outros produtos, como Material de Transporte, têm alta participação no total das exportações do Brasil e do México, mas para isso, têm enorme dependência das decisões de suas transnacionais, face à alta incidência do comércio intrafirma, sobretudo no Mercosul. Isto também se dá com os produtos *High Tech*. Outros, como Químicos e Mecânicos, podem ainda ser objeto de negociações especiais, notadamente com países subdesenvolvidos, em especial com a China, Índia e Rússia, e o conjunto da América Latina, especialmente de sua parte sul.

Assim sendo, apostar em um modelo “*drive exportador*”, que exige grandes investimentos de infra-estrutura e em reestruturação tecnológica e produtiva é temerário, o que demandaria enormes recursos públicos e privados que não disporemos, a não ser a muito longo prazo, caso voltemos a crescer bem e persistentemente. Por isto, a modernização teria de ser seletiva, reduzida a alguns setores e a algumas empresas. Isto é imprescindível, pois não será mais possível exportar apenas à custa de trabalho barato –dado que a Ásia e em especial a China o têm ainda mais barato– e de uso intenso de recursos naturais.

É preciso insistir que a vulnerabilidade externa e o desemprego exigem que o uso de divisas maximize a geração de mais divisas (exportando mais ou importando menos) e de empregos. Assim, a dinamização e diversificação de nossas exportações passam, necessariamente, não só por uma

12 As informações sobre comércio exterior, sem fontes indicadas, foram obtidas em vários sites: da OMC, ALADI, Ministério de Indústria e Desenvolvimento, Abicalçados, ABIT e ABVEST.

seletiva política industrial, mas também por maior e mais diversificada inserção internacional. Contudo, somos países subdesenvolvidos e nos defrontamos com situações adversas decorrentes do brutal desequilíbrio de forças políticas e econômicas, frente aos países desenvolvidos, notadamente os EUA

Assim, temos que desenvolver ingentes esforços de articulação com os demais países da América do Sul, além dos três outros gigantes mundiais já citados. Aliás, fossem verdadeiras as promessas contidas no ideário neoliberal –principalmente a de que, com as reformas, nossa inserção aumentaria, graças à nova eficácia e competitividade produtiva–, seria outra a situação da América Latina. A Tabela 3 mostra esse engodo: quando excluímos o México (dada sua relação aos EUA e ao NAFTA), os coeficientes do restante da América Latina mostram, antes da recente e grande expansão do comércio mundial, acanhado crescimento nas exportações e notável aumento nas importações. No período mais recente, os de exportação ficam um pouco mais próximos aos do México, dado o menor crescimento das exportações desse país, em parte deslocado, no mercado norte americano, pela China.

	X/Y				M/Y			
	1990	2000	2003	2004	1990	2000	2003	2004
AL	11,2	18,0	22,0	23,5	9,3	19,8	19,7	20,8
AL-Mx	11,2	13,6	19,8	21,4	7,4	15,0	15,8	16,7
Mx	15,4	28,7	25,8	27,5	15,8	31,5	26,4	28,8

Fonte: CEPAL, ANUARIO. X: exportações totais; M: importações totais; Y: PIB.

As razões para essa ação conjunta não se esgotam no enfrentamento dos obstáculos externos (instituições internacionais, finança, governos, mídia), mas também aos internos: debilitamento do Estado nacional e de suas finanças; encolhimento do crédito nacional e opção pelo rentismo; crise do sistema de educação, de pesquisa e disseminação de ciência e tecnologia; e, principalmente, a postura “cosmopolita” de nossa mídia, e

da maior parte de nossas elites. Esses grupos ganharam muito com a abertura, locupletando-se com os escorchantes juros da dívida pública, negociatas com privatizações, trânsito internacional livre –e muitas vezes escuso– de seu dinheiro, etc.

O tema da integração já permite recolher experiências úteis para nós. O processo mais avançado até hoje é o da União Européia, cuja longa duração (50 anos) nos adverte que a construção de um mercado comum requer complexos e demorados esforços de harmonização e eliminação ou diminuição de diferenças. Que uma união aduaneira, forma um pouco mais avançada que a do simples **livre comércio**, também guarda dificuldades, quando os países membros apresentam diferenças muito acentuadas entre si, como no Mercosul. Na América Latina, contamos com os experimentos das três associações centro-americanas e caribenhas, da ALALC, da ALADI, do grupo Andino, do Mercosul e de vários acordos, como o do Grupo dos 3. É preciso examina-los para poder corrigir uma rota difícil e longa de integração.

Mas constituir blocos regionais entre países subdesenvolvidos apresenta problemas estruturais crônicos que limitam a ampliação do comércio entre seus próprios membros: similaridade de estruturas produtivas; reduzida base produtiva de bens de capital e de bens de alta tecnologia, baixa capacidade de financiamento, diferenças nas estruturas jurídicas, políticas, sociais, culturais, de ciência e tecnologia, ambientais etc. Como mostra estudo recente, apenas os blocos de desenvolvidos atingem elevada participação do comércio intra bloco nos totais de suas exportações, como a UE dos 25 países (67%), o NAFTA (55%) e a Cooperação Ásia-Pacífico (72%), ao passo que os demais ostentam cifras muito baixas: entre 5% e 10% os da África, e entre 10% e 15% os da América Latina e demais asiáticos (UNCTAD, 2002).

Isto põe a nu a necessidade de intensificar os fluxos intra e de avançar com outros acordos internacionais. Estes últimos, no caso brasileiro, deveriam buscar países com certa semelhança com o Brasil, como a Índia, a China e Rússia.

Na América Latina, o Brasil deveria liderar esse esforço de integração com todos os países da América do Sul e com outros que não tenham ainda “soldado” seus vínculos com os EUA. Para tanto, seria necessária

uma radical redução de barreiras, porém com a exigência de um certificado de origem, cujo percentual deveria ser diferenciado por países e setores. Contudo essa tarefa não é fácil, e examinando o desempenho dos diversos blocos latino-americanos nos últimos anos, constatamos que seu crescimento ficou muito aquém do que era esperado. Reconheçamos que algumas gestões têm sido feitas pelo atual governo brasileiro.

É espantoso ver, com certa frequência, sugestões para instituir a moeda única no Mercosul. A propósito, desde 1986 (quando seu objetivo ainda não era o de mercado comum), o Brasil teve saldos comerciais positivos em 8 anos (5 deles expressivos) e negativos em 10 (3 deles expressivos), oscilações decorrentes dos resultados desastrosos de políticas cambiais argentinas e brasileiras que, em certos momentos, valorizaram indevidamente suas moedas.

Nosso processo de integração deveria se pautar por cronograma longo de execução. Nas primeiras fases, tentar integrar apenas os fluxos de bens e de serviços; uma regulamentação parcial para investimentos externos e um esquema de financiamento do comércio, talvez com uso de moeda escritural e de financiamento apenas dos saldos devedores.

ALCA: a integração subordinada

Reservo para o final deste texto a polêmica discussão em torno da instituição da ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas, com 34 países, exclusive Cuba) e nossa inserção nesse eventual bloco. Apesar de ter surgido oficialmente em 1994, já houve uma anterior investida dos Estados Unidos, em 1890, na Conferência Panamericana de Washington, durante a qual o secretário Blane propôs a instituição de uma União Aduaneira das Américas. Ou seja, é de longa data o interesse dos Estados Unidos em “soldar” o mercado latino-americano a suas finanças e à sua máquina de produção...

A recente insistência dos “negociadores” norte-americanos junto ao governo brasileiro explica-se, a meu ver, pelo fato de que o que lhes importa –e é fundamental para a concretização da ALCA– é a rápida inclusão brasileira, como se pode depreender do exame dos seguintes

dados: o NAFTA já existe, congregando os Estados Unidos, Canadá e México, que, juntos, representam 48,8% da população, 86,9% do PIB e 84,4% das exportações da área da ALCA. Se o Brasil se incorporasse, essas cifras passariam, respectivamente, a 70,1%, 91,9% e 89,3%, mostrando a pequena –mas não desprezível– diferença que fariam os demais 30 países.

Mas o Brasil não representa apenas aquele diferencial, pois seu ingresso induziria, politicamente e de forma automática, o ingresso dos demais. Mas a pouca transparência do que representa a ALCA já se mostra no próprio nome da instituição: uma Associação de *Livre Comércio*. Ora, se assim fosse, além da proposta de liberar o comércio de mercadorias, caberia perguntar as razões de os Estados Unidos incluírem outras questões na pauta, algumas muito mais relevantes do que a das mercadorias:

- Acordo de Investimentos, para proteger o capital estrangeiro, dando-lhe inclusive foro judicial no país de origem.
- Compras Governamentais, retirando esse importante instrumento de política econômica, (especialmente a industrial), obrigam os Estados nacionais a proceder a licitações internacionais, proibindo-os, assim, de dar qualquer proteção ao capital nacional público ou privado, curvando-se, pois, aos interesses das empresas transnacionais.
- Comércio de Serviços, liberalizando suas importações.
- Comércio Eletrônico, com o que nosso mercado de fato, e não apenas o virtual, seria inundado com bens e serviços estrangeiros, como quando algo similar ocorreu com a “farra” de importações originada do Plano Real.
- Acordo sobre Propriedade Intelectual, Patentes e Transferência de Tecnologia, o que causaria a subordinação de nossa política de ciência e tecnologia ao capital internacional.

Com relação às regras preestabelecidas, as referentes às salvaguardas, estas deverão se restringir à órbita da OMC, em que, como se sabe, prevalecerão

os interesses dos Estados Unidos, da União Européia e do Japão, contra aqueles dos países subdesenvolvidos. Contudo salta à vista uma regra que nos é absolutamente restrita: a exclusão da liberdade das migrações de trabalhadores, tema cuja simples discussão já se proíbe no tratado do NAFTA. Ora, como mostrou recentemente Ricúpero, a questão tarifária norte-americana não é a que mais importa: os Estados Unidos praticavam tarifa média em torno de 50% até meados da década de 1930, e a média atual é de 2% (de 4% para produtos não isentos).

Contudo, o relevante são suas salvaguardas (subsídios, *antidumping*, sociais, sanitárias etc.), as quais não querem negociar na ALCA. Mostra ainda esse autor que, em 1999, enquanto os 15 produtos mais exportados pelo Brasil para os Estados Unidos lá sofriam tarifa média de 45,6%, e os 15 mais exportados por aquele país para o Brasil tinham tarifa média de 14,3%! Pior ainda, são mais penalizados justamente os produtos de menor complexidade tecnológica e de menor valor agregado unitário: têxteis, calçados, confecções, suco de laranja, açúcar, aço etc.

Cabe adicionar mais uma dificuldade: a da recente lei norte-americana contra o bioterrorismo, que entrou em vigor em 12 de dezembro de 2003 e aumenta os custos, a burocracia e os riscos em relação às exportações, para os Estados Unidos, de alimentos, bebidas e produtos dietéticos, fatores que, sem dúvida, irão se constituir em mais uma barreira não tarifária. Os interesses maiores dos Estados Unidos estão claramente explicitados na proposta atual, cujos principais itens, além dos acima citados, têm o seguinte cronograma:

- eliminação de tarifas: imediata, para produtos químicos, bens de capital para medicina, construção civil e mineração, equipamentos elétricos, energia, tecnologias de informação, papel, aço e madeira;
- eliminação tarifária imediata: para 65% das importações;
- eliminação tarifária, entre 2003 e 2008, para têxteis e confecções;
- eliminação tarifária, até 2015, para 100% das importações.

Cabe lembrar que dessa desgravação ficam fora cerca de 350 produtos que o governo dos Estados Unidos consideraram produtos “sensíveis”, além do fato de proporem que os países do Caribe e da América Central teriam condições mais favoráveis do que os da América do Sul.

Ora, o que se depreende da recusa dos Estados Unidos (assim como a da EU e do Japão) em reduzir ou eliminar subsídios à sua agricultura, em defender seus produtos “sensíveis”, e da pauta de “negociação” apresentada, é que a ALCA não nos ameaça apenas devido ao atual descompasso de competitividade entre nossas economias, notadamente o relativo à indústria e aos serviços mais complexos. Trata-se de muito mais do que isso, dada a enorme distância entre a produtividade econômica e o poder político, financeiro e de mercado de suas grandes empresas, *vis-à-vis* as nossas, e nossos atuais Estados nacionais. Se aceitássemos esse jogo, estaríamos não só abdicando da possibilidade de elaborar um projeto nacional de desenvolvimento econômico como, retornando praticamente, de forma submissa e esquecendo quanto nos custou instalar o maior parque industrial da América Latina, ao velho e liberal projeto primário exportador.

	1980	1990	1995	2000	2003
Mercosul	32,9	44,5	39,6	48,3	43,9
Comunidade Andina	5,7	13,5	16,7	15,5	18,5
Merc. Com. C. Americano	22,1	23,3	24,8	37,3	52,3
América Latina	17,6	40,3	45,5	55,9	55,7
América Latina exclusive México	19,3	30,4	29,1	32,0	35,9
NAFTA	-	69,7	72,7	77,0	-

Fonte: Integration and Trade in the Americas; BID. Periodic Note, Dec. 2000. p.14 e Cepal, *Anuário*, 2003.

A Tabela 5 mostra uma das faces de nossa capacidade exportadora, na qual predominam produtos básicos e semimanufaturados e estão menos

presentes os manufaturados, refletindo assim, nossas deficiências, típicas de países subdesenvolvidos.

A Tabela 6, por outro lado, mostra a alta dependência das exportações latino-americanas em relação ao NAFTA, salvo as do Mercosul e, em especial, as do Brasil. Realça também o reduzido grau de integração dentro de cada bloco latino-americano e entre cada bloco com os demais latino-americanos, mostrando um falso estímulo para que nos incorporemos à ALCA: falso porque justamente essa aparente maior amplitude do mercado do NAFTA (leia-se “dos Estados Unidos”) consiste em essência de produtos básicos e de semimanufaturados, com predominância das chamadas *commodities*.

Com isto, cabe advertir que as tentativas dos países subdesenvolvidos, pressionando os da OECD para que reduzam ou retirem os subsídios a suas produções primárias, se viessem a ser atendidas, certamente nos custariam a opção de abrir, escancaradamente, mas de forma “negociada”, nossos parques industriais. Não é demais lembrar que, entre os 32 países latino-americanos que poderiam ingressar na ALCA, sem dúvida o Brasil seria o grande sacrificad.

Blocos	Mercosul	Mercosul Chile e Bolívia	Com. Andina	Grupo dos 3 ⁽¹⁾	ALADI ⁽²⁾	MCCA ⁽³⁾	América Latina	NAFTA	Américas ⁽⁴⁾	Total Mundial	Extra Bloco
Mercosul	13	18	5	6	26	1	27	22	47	100	87
Com. Andina	3	4	9	7	15	3	24	42	65	100	91
Grupo 3	1	1	3	2	4	2	7	80	86	100	98
ALADI ²	5	8	4	4	13	1	15	55	69	100	87
MCCA	-	-	1	4	4	22	29	54	82	100	78
América Latina	5	7	4	4	13	2	16	55	70	100	84
NAFTA	2	2	1	9	12	1	13	56	61	100	44
Total Américas	3	4	2	9	13	1	15	51	60	100	40

Fonte: *Integration and Trade in the Americas*; BID. Periodic Note, Dec. 2004.
Table 1⁽¹⁾ México, Colômbia e Venezuela; ⁽²⁾ Am. do Sul (excl. Guianas e Suriname) e Méx. ⁽³⁾ Mercado Comum Centro-Americano; ⁽⁴⁾ América do Norte, Central e do Sul.

Neste sentido, as pressões que nossos principais negociadores vêm sofrendo, notadamente a partir de outubro de 2003, de membros do próprio governo (áreas da Fazenda, Agricultura e Indústria) brasileiro e, principalmente, por fração expressiva da mídia, reflete em grande parte a percepção dos Estados Unidos de que, pelo menos desta vez, alguns de seus interesses poderão vir a ser contrariados pelo Brasil, neste momento apoiado pela própria Argentina.¹³

Assim, o oportunismo tecnocrático e o do agronegócio batalham pela ampliação de mercados para vendermos mais “bananas”, enterrando as possibilidades futuras de vendermos máquinas e outros bens de maior valor agregado. Contudo parecem não se dar conta de que fazem uma aposta mercantil de curto prazo, contra uma possibilidade estrutural de longo prazo (o desenvolvimento), sem constatar que as condições estruturais das exportações latino-americanas não são boas e estão hoje, fortemente dependentes da manutenção do anormal déficit comercial dos EUA e da presença chinesa no mercado mundial.

Recentemente, a imprensa veiculou o apoio da Argentina a atitudes do Brasil, e ambos os países, para tentar mostrar à opinião pública que não se oporiam absolutamente à negociação, propuseram aos Estados Unidos e aos demais países uma negociação especial para os serviços. Concordariam com a abertura para vários tipos de serviços, excluindo, entretanto, os referentes ao setor financeiro, médico, comunicações, jornalísticos e de reparação de material de transporte.¹⁴ É pouco provável que os Estados Unidos concordem com isso, mas, se o fizerem e o Brasil tiver de renunciar às suas outras reivindicações (às regras e cláusulas antes citadas), em troca da concessão da questão dos subsídios agrícolas, isso não deixará de representar nossa abdicação, a longo prazo, à nossa soberania em conduzir nossa política econômica.

ALCA estava programada para entrar em vigor em 1/1/2005, mas vários acontecimentos impediram sua consumação até hoje, e se fala em

13 A mídia dedicou páginas e capas de revistas para enfatizar o “radicalismo” das “desastrosas” questões “impostas” pelos negociadores brasileiros. Uma jornalista (M. Leitão), em programa matinal da Rádio CBN Notícias, chegou a usar a expressão “sabotagem” contra o governo para desqualificar aqueles negociadores.

14 Ver *Valor Econômico*, São Paulo, 23 out.(2003: A3).

posterga-la. Isso resultou de conflitos internos e externos explicitados com mais força entre 2003 e recentemente. No caso do Brasil, conflitos de interesses dentro do próprio governo e de associações empresariais, com vários de seus segmentos temendo a concorrência inevitável das empresas e bancos dos EUA. Na América Latina se passa fato semelhante, além do crescimento de vários movimentos sociais, presentes na maioria dos países, que pressionam contra a ALCA. Deve-se citar ainda, em especial, a resistência de Cuba e da Venezuela, além das recentes convulsões políticas por que passaram Bolívia e Equador, bem como a vitória oposicionista no Uruguai. É justo ainda lembrar que mesmo nos EUA, a aprovação da ALCA também sofre contestações de vários segmentos produtivos e sociais.

Porém, os EUA não ficaram parados durante esse tempo, e foram “comendo pela borda do prato”. Em que pese resistências fortemente explicitadas no próprio Congresso (democratas contra, republicanos a favor) e em todos os países centro americanos, já foi aprovado em 2005 o acordo bilateral CAFTA –Associação Centro Americana da Livre Comércio– mecanismo que tentará conter as importações provenientes da China, que já deslocaram as do México e da América Central, no que tange aos têxteis e confecções. Os EUA também assinaram acordo com o Chile, em 2004 e suas pressões sobre os membros do Grupo Andino já tiveram resultados: foi assinado em 2006 o acordo com o Peru e encontra-se em discussão acordos semelhantes com Colômbia e Equador.¹⁵

Referências bibliográficas

- Abicalçados <http://www.abicalcados.com.br/index.html>
 Associação Latino-Americana De Integração (ALADI). On line: <http://www.aladi.org/>
 BID (2000 e 2004). *Integration and Trade in the Americas*. Periodic Note. Washington, Dec.
 Cano, W. (1999). *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp/Unicamp. Trad. espanhol com o mesmo título. Cartago: Editora LUR, 2001.

- (2002a). “Questão regional e política econômica nacional”; in Castro, A. C. (Org.) *BNDES: painéis sobre o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES. V. 3.
- (2002b). Agenda para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento; in Morhy, L. *Brasil em questão*. Brasília: UnB. V. 1.
- Carvalho, M. A. de (2002). “Comércio agrícola e vulnerabilidade externa brasileira”. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 49, n. 2, CEPAL (1997). Economic Indicators. Santiago: ECLAC
- CEPAL (Varios Años). *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL.
- Cruz, P. R. D. C. (1984). *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense.
- Fiori, J. L. (Org.) (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gomes de Almeida, J. e Teixeira, A. O Nó Cego (1983). “Rio de Janeiro”. Texto para Discussão n. 18, UFRJ/Instituto de Economia Industrial.
- Ground, R. L (1984). “Los programas ortodoxos de ajuste en América Latina: un examen crítico de las políticas del FMI”. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 23, ago.
- Lopreato, F. J. C. (2002). *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo/Campinas: Unesp/Unicamp
- Massad, C., Zahler, R. (1984). “El proceso de ajuste en los años ochenta: la necesidad de un enfoque global”. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 23, ago.
- Ministério de Indústria e Desenvolvimento. On line: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>
- Ocampo, J.A, Parra, M. A. (2003). “Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX”. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 79, abr.
- OMC (2005). *International Trade Statistics 2004*, Ginebra.
- Prado, S., Cavalcanti, E. G. (2000). *A guerra fiscal no Brasil*. São Paulo/Brasília: Fundap/Ipea.

15 Foi escandaloso, para dizer o mínimo, o fato de que a aprovação pelo Congresso peruano, foi feita num prazo recorde de 5 horas!

- Ricúpero, R. (2002). *Os EUA e o comércio mundial: protecionistas ou campeões do livre comércio? Estudos Avançados*, São Paulo, n. 46, p. 7-18, set./dez.
- Tavares, M. C., Fiori, J. L. (1993). *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tokman, V. E. (1984). “Monetarismo global y destrucción industrial”. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 23, ago.
- UNCTAD (2002). *Handbook of Statistics, Manual de estadísticas de la UNCTAD*, Ginebra.
- U.S. Department of labor. Bureau of labor statistics. On line: www.bls.gov.
- U.S. Geological Survey. *Steel Statistical Yearbook*, e *World Metal Statistics Yearbook* On line: www.usgs.org